

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA –
IFSP, CAMPUS SÃO PAULO.
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO DE
PROFESSORES – ÊNFASE MAGISTÉRIO SUPERIOR**

ALINE BOTELHO SILVA AGUIAR

**A ATUAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DIANTE
DAS MUDANÇAS SOCIAIS**

SÃO PAULO

2014

ALINE BOTELHO SILVA AGUIA

**A ATUAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DIANTE
DAS MUDANÇAS SOCIAIS**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP, Campus São Paulo, para aprovação no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores – Ênfase Magistério Superior.

Orientador: Prof. Dra. Diva Valério Novaes

SÃO PAULO

2014

A227a Aguiar, Aline Botelho Silva.
A atuação do professor universitário diante das mudanças sociais /
Aline Botelho Silva Aguiar. São Paulo: [s.n.], 2014.
51f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Diva Valério Novaes.

Monografia (Especialização Lato Sensu em Formação de
Professores com Ênfase no Magistério Superior) - Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2014.

1. Formação docente	2. Universidade	3. Discente e
mudanças sociais	I. Instituto Federal de Educação, Ciência	
e Tecnologia de São Paulo	II. Título	

CDU 370.0

DEDICATÓRIA

Dedico esta realização a minha família e amigos que estiveram ao meu lado durante todo este processo de formação. Querer e poder ensinar são grandes dádivas, e esta necessidade que tenho de me aprimorar como docente, deve-se ao exemplo que sempre tive em casa, e aos bons professores/ mestres que estiveram na minha trajetória. Dedico a vocês a minha especialização como docente.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus professores e também aos colegas docentes por terem me proporcionado um grande aprendizado durante a jornada desta especialização.

Agradeço também à minha Orientadora, a senhora Professora Doutora Diva Valério Novaes, por acreditar neste projeto e também por ter compartilhado seus conhecimentos comigo.

Obrigada a todos.

"Como Platão o disse há muito tempo: para ensinar é preciso o Eros. O Eros não se resume apenas ao desejo de conhecer e transmitir, ou o mero prazer de ensinar, comunicar ou dar: é também o amor por aquilo que se diz e do que pensa ser verdadeiro. É o amor que introduz a profissão pedagógica, a verdadeira missão do educador."

Edgard Morin

RESUMO

Quando se fala em atividade docente no ensino superior, assim como outros níveis de ensino, outras qualidades são requeridas, que não apenas o dom. O profissional docente do ensino superior era visto até meados da década de 80, como a pessoa graduada, que está inserida na atividade de sua graduação e se possível, que tivesse uma boa oratória para transmitir seu conhecimento. Em outras palavras, quem sabe fazer, sabe ensinar. No entanto, o que se percebeu nas últimas décadas, foi necessidade da formação pedagógica para a atuação na educação superior. Sendo assim não bastava mais os saber prático para a atuação na teoria. Até mesmo a LDB, nº 9394/96, descreve em seu texto legislativo, a necessidade de uma qualificação adequada para a atuação de profissionais na atuação do ensino superior. As instituições de ensino superior sejam públicas ou privadas analisaram o impacto da falta de formação adequada do profissional docente e avaliaram os índices quanto a qualidade na formação do aluno e as expectativas destes mesmos alunos. O professor não deve ser mero instrumento de transmissão do conteúdo, este profissional deve ter meio e práticas didáticas para a atuação no processo de ensino-aprendizagem.

O docente que tem em sua formação o entendimento sobre as práticas didático-pedagógicas poderá ter maior facilidade em atuar junto às universidades, discentes e mudanças sociais. A universidade é o local onde há a “universalidade” de ideias, onde os alunos de diferentes formações convivem a fim de obter sua graduação ou qualquer outro nível de formação. Na verdade há um público muito diverso dentro da área da universidade, a formação inicial do discente tem que ser observada, porém, a questão social deve ser ainda mais avaliada.

A questão social e as mudanças na estrutura social do país, estão, sendo pontos a serem avaliados pelas universidades e pelos docentes. Neste sentido, entender quais são essas mudanças e quais são as interferências (positivas ou negativas) dentro das universidades, é importante para manter uma boa qualidade de formação. Sendo assim, justifica-se esta pesquisa para avaliar quais são as funções do docente diante das mudanças tão evidentes dentro das universidades. O objetivo central é analisar como essa atuação do docente pode ser benéfica para a qualidade das formações e estudos dos discentes dentro das universidades.

Quanto à metodologia desta pesquisa bibliográfica, foram utilizados legislações, documentos e referencial teórico. Com base na bibliografia acerca da questão sobre a formação do docente de ensino superior e as mudanças sociais, que é vasta, analisamos estas mudanças e as interferências que podem interferir na atuação do professor universitário.

Palavras Chaves: Formação Docente, Universidade, Discente e Mudanças Sociais.

ABSTRACT

When it comes to teaching activity in higher education, as well as other levels of education, other qualities are required, not only the gift. The professional teaching higher education was seen until the mid 80's, as a graduate, which is embedded in the activity of your graduation and if possible, have a good oratory to transmit their knowledge. In other words, who knows how to do, know how to teach. However, it was realized in recent decades, was the need for teacher training for the work in higher education. Thus it was not enough the more practical knowledge to act in the theory. Even the LDB, No. 9394/96, describes in his legislation, the need for an appropriate qualification for practicing professionals in higher education performance. Higher education institutions whether public or private analyzed the impact of lack of proper training of teaching professional and rated the indexes as the quality of education of students and the expectations of these same students. The teacher should not be mere content of the instrument of transfer, this professional must have means and teaching practices for performance in the teaching-learning process.

The teacher who has in his training the understanding of the didactic and pedagogic practices may find it easier to work with universities, students and social changes. The university is the place where the "universality" of ideas, where students from different backgrounds live together in order to get their graduation or any other level of training. In fact there is a wide range of people within the university area, the initial formation of the student must be observed, however, the social issue should be further evaluated.

The social question and changes in the country's social structure, are being points to be evaluated by universities and teachers. In this sense, understand what these changes are and what interference (positive or negative) within universities, it is important to maintain a good quality training. Thus, justified this research to assess what teaching functions on the changes so evident within universities. The main objective is to analyze how this teacher's performance can be beneficial to the quality of training and studies of students within universities.

As for the methodology of this literature, laws were used, documents and theoretical framework. Based on the literature on the question of the training of teachers of higher education and social change, which is vast, we analyze these changes and interference that can interfere with the action of the university teacher.

Key Words: Teacher Training, University, Student and Social Change.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1.A Função da Universidade.....	11
1.1. Breve Histórico.....	13
1.2. Atuação da Universidade.....	18
2.A Formação e o Papel do Docente Universitário.....	20
2.1. Formação do Docente Universitário.....	21
2.1.1. O Professor Reflexivo no Ensino Superior	24
2.2. A Formação Docente Diante do Contexto Social.....	26
2.3. A Atuação do Docente.....	28
3. As Mudanças Sociais e a Prática Docente	30
3.1 Conceitos de Mudança.....	32
3.1.1. As Mudanças Sociais no Ensino Superior.....	33
3.2 O Mal-Estar Docente	34
3.3 A Relação Educacional.....	37
3.4 A instituição de Ensino Diante dos Contextos Sociais em Transformação.....	39
3.4.1 A Participação Crítica como Responsabilidade da Cidadania.....	40
4. A Mudança Social e o Docente	41
4.1 Atitudes e Repercussão dos Professores Perante a Mudança Social	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43

INTRODUÇÃO

O tema proposto neste presente trabalho é a *atuação do professor universitário diante das mudanças sociais*.

Por tanto cabe analisar quais são estas mudanças e que interferências podem surgir na atuação do professor universitário. O estudo do tema está delimitado na atuação de profissionais da educação do ensino superior, com informações qualitativas sobre essa atmosfera, sem aprofundamento quantitativo quanto ao campo de observação.

Desta forma, Nóvoa determina que a simples constatação das mudanças sociais bastaria para a reforma no ensino. Nesta mesma linha esse autor afirma que:

A evolução do contexto social faz mudar o significado das instituições escolares, com a conseqüente necessidade de adaptação à mudança, por parte de professores, alunos e pais, que devem mudar as suas expectativas em relação ao sistema de ensino. (NÓVOA, 1995, p.103).

Nos dias de hoje, o professor universitário pode entrar muito cedo em sala de aula, sem a formação necessária, ou o conhecimento pedagógico necessário. Por vezes estes profissionais da educação não conseguem compreender que a sua volta há mudanças sociais profundas. Se isso ocorre nos dias de hoje, podemos supor que também ocorria nos tempos remotos, pois o docente muitas vezes não fora preparado para exercer tal atividade e apenas cabia ter o prestígio e o conhecimento técnico para atuar como professor universitário. Para ser docente do ensino superior não basta somente ser pesquisador, intelectual, conhecedor do seu conteúdo específico, é necessário que seja conhecedor das técnicas e teorias do ensinar, que tenha conhecimento necessário para a profissão de professor universitário. O fundamental é saber como ensinar e não somente saber o que ensinar.

Schon (1992, p.91), faz um comentário sobre a formação do professor e a “*practicum*” reflexivo.

Na formação de professores, as duas grandes dificuldades para a introdução de um *practicum reflexivo* são, por um lado, a epistemologia dominante na Universidade e, por outro, o seu currículo profissional normativo: Primeiro ensinam-se os princípios científicos relevantes, depois a aplicação desses princípios e, por último, tem-se um *practicum* cujo objetivo é aplicar à prática cotidiana os princípios da ciência aplicada. Mas, de fato, se o *practicum* quiser ter alguma utilidade, envolverá sempre outros conhecimentos diferentes do saber escolar (SCHON, 1992, p. 91).

O mesmo autor enumera quatro atuações do docente para que haja uma boa convivência entre alunos e professores e assim o processo ensino-aprendizagem seja realizado de forma satisfatória, são eles: 1) ouvir o que os alunos sabem e o que têm a dizer; 2) combater os efeitos das crenças que permeiam o saber escolar e se deixar surpreender pelo aluno; 3) refletir sobre o ocorrido durante a aula; 4) e, sempre que necessário, reformular o problema proposto e efetuar uma experiência para testar sua nova hipótese. (SCHON, 1995, p.80).

Pimenta (2006, p.32), também faz a observação necessária quanto a formação do professor em qualquer nível de ensino e também da postura reflexiva que faz com que o profissional tenha mais condições de se relacionar em seu meio “a formação de professores, não apenas para a escola básica, mas também as demais séries [...] a ausência de pesquisa e projeto formativo causam o desprestígio do exercício profissional”.

Não é fácil expressar os conhecimentos, desta forma não adianta apenas saber, conhecer, fazer na prática, mas obviamente saber fazer junto aos seus alunos e junto às novas realidades presentes na sala de aula. A instituição de ensino superior poderá ter seus objetivos modificados pelas mudanças que ocorrem na sociedade, todavia, seus valores sempre serão os mesmos, pois sua função maior é proporcionar conhecimento e tecnologias aos estudantes e estes têm a missão de transformar a sociedade.

O perfil do aluno mudou e desta forma o professor não é apenas o mestre educador, mas muitas vezes é o amigo, psicólogo e orientador dessa nova safra de alunos. Isso significa dizer que o professor deve ter a formação específica de sua área, mas também uma formação mais humanística a fim de se adequar ao perfil dos alunos por conta das mudanças sociais que ocorrem. Segundo Masetto, (2003), a relação professor-aluno e aluno-aluno no processo de aprendizagem, deve ser esmiuçada. O professor deve deixar o papel de transmissor do conhecimento e passar a ser um orientador, que irá estimular seus alunos no processo de aprendizagem, fazendo com que este se desenvolva e possa saber quando estão errados. Um bom profissional da área da educação deverá dar feedback¹, montar grupos de estudos, incentivar a aprendizagem. E ainda, desenvolver parcerias com corresponsabilidades, pela formação. O trabalho do professor em sala de aula, seu relacionamento com os alunos é expresso pela relação que ele tem com a sociedade e a cultura. Abreu & Masetto (1990, p.115) afirmam que “é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos;

¹ Retorno sobre as atividades realizadas.

fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade”.

Entender e analisar essas mudanças são de suma importância para que este professor aprimore seus conhecimentos e possa exercer sua atividade de forma mais positiva possível, entrando em contato com a realidade do aluno e suas dificuldades.

Mais quais são essas mudanças que atingem o professor universitário? A própria exigência de uma formação específica para a docência e de um perfil reflexivo, já se apresentam como mudanças da realidade social; as tecnologias, que não fazem parte do estudo desta pesquisa, mas que também são consideradas como interferências na atuação docente; e por fim a faixa etária na composição da sala de aula. (NOVAES, 2014).

Mediante as mudanças sociais que englobam um novo perfil de alunos universitário, novas tecnologias e novas didáticas, justificam-se verificar como o docente universitário deverá agir e como se preparar para atuar no ensino superior.

O docente universitário sempre estará sujeito às mudanças que ocorrem ao seu redor, mas a mudança social é uma das interferências mais sérias para a atuação do docente, causando, como determina Esteve (1992, p.115), o “mal-estar docente”, que consiste em fragilizar a atuação do professor por não estar preparado para as interferências sociais em seu cotidiano de trabalho. Segundo Nóvoa, (1995, p.117), as mudanças no papel do professor e as profundas modificações no contexto social e as relações interpessoais ao nível de ensino obriga-nos a repensar o período de formação deste professor. Neste sentido o professor não tem apenas que acompanhar as mudanças que ocorrem dentro do ensino superior, mas também reconhecer que as práticas ensinadas, quando da sua formação, podem ser hoje ultrapassadas e sem utilidade para esta nova leva e gama de jovens em formação.

Cabe então analisar a atuação do docente universitário diante das interferências da mudança social, observar o contexto histórico da atuação do professor universitário, diagnosticar as mudanças sociais, quais são as interferências para atuação do professor e compreender a relação do docente com o discente na sala de aula.

A análise da atuação do professor na prática em sala de aula, quanto às mudanças sociais serão observadas, junto a material bibliográfico, legislação referente à docência, documentos e tratados sobre a atuação do professor buscando demonstrar que as mudanças são elementos que devem ser trabalhados tanto para o professor, quanto para a universidade e o aluno.

Masetto, (2003), aponta-nos quatro mudanças na docência do ensino superior, são elas: 1) No processo de ensino – capacidade de incentivar os alunos a construir seu próprio

conhecimento; 2) Incentivo à pesquisa – desenvolvimento do ensino com pesquisa, do ensino por projetos e da introdução das tecnologias da informação; 3) parceria e coparticipação entre professores e alunos – o aluno percebe no professor um aliado para sua formação; e 4) perfil do professor – formação adequada para a docência superior. Coerência com o que o professor exige e o que faz. Para o autor acima citado, essas mudanças seriam eficazes para a atuação do professor universitário e também para alcançar de forma positiva seus alunos.

Assim sendo, busca-se com este estudo responder à seguinte questão: **Como as mudanças sociais ocorridas na sociedade e na universidade, podem interferir na atuação do professor universitário?**

Como objetivo central desta pesquisa, buscamos refletir sobre o papel do docente universitário diante das interferências da mudança social.

Para tanto analisamos: a função da universidade; a formação e atuação do profissional docente universitário; a relação entre docentes e discentes; as mudanças sociais que atingem a relação professor-aluno-instituição de ensino; e, como as mudanças sociais repercutem na atuação docente.

Quanto à metodologia utilizada para esta monografia, o meio escolhido foi a pesquisa qualitativa, apresentando assim dados primários e secundários, abrangendo a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa qualitativa é um aspecto importante em uma análise sobre a atuação do professor e a relações interpessoais. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são suficientes para responder a atuação do professor universitário diante das mudanças da sociedade, pois abrange, leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos, revisão bibliográfica, etc. Todo material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual foi possível estabelecer um plano de leitura e estratégia para a realização desta monografia.

1. A Função da Universidade

Segundo o artigo 52² da Lei de Diretrizes e Bases, uma universidade é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa,

² Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Uma universidade provê educação tanto terciária (graduação) quanto quaternária (pós-graduação). A universidade é um local onde diferentes pessoas de diversas gerações e culturas convivem quase sempre de forma harmoniosa. Essa aproximação das heterogeneidades propicia um embate crítico da produção do conhecimento. O embate da diversidade de concepções proporciona ao processo de ensino-aprendizagem uma gama de ferramentas e saberes.

A Constituição Federal C.F. de 1988, em seu artigo 6º, apresenta a educação como um direito social, aplicado a todos os níveis de educação, ainda no texto constitucional³, As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Todavia este direito não proíbe o Estado de verificar o uso desta prerrogativa nas atividades que lhes são próprias.

A função da universidade não pode ser descrita em apenas uma palavra, pode-se então destacar como principais, a formação de cidadãos, a difusão da cultura, o ensino das profissões, além do desenvolvimento da pesquisa científica⁴. Quanto a somatórias destas principais características afirma-se que a universidade tem importante papel social, onde cada participante deste mundo universitário veja-se como ator principal da universalidade.

O Professor Edevaldo Alves da Silva, em seu artigo intitulado “*A função social da universidade*”, descreve a ação humanizadora e a atuação dos jovens dentro e fora da universidade. Ensina o autor:

À universidade cumpre contribuir de forma decisiva para que os jovens recuperem a capacidade de sonhar e se libertem do imediatismo de hoje, quando parecem “aprisoados no agora” (Alvin Toffler apud Edevaldo Alves da Silva). Cabe à universidade garantir que os jovens se tornem cidadãos conscientes de um mundo globalizado.

Os cidadãos de amanhã recusarão, sem dúvida, o leite das velhas ideologias. Serão amamentados pelas mães, nunca pelos Estados. Exigirão comida saudável de preferência natural. Desenvolverão novas formas de raciocínio e novos sistemas de associação de ideias. Não serão saudosistas nem preconceituosos. Repelirão qualquer forma de tutela, defenderá a democracia, a liberdade de imprensa, a biodiversidade; combaterão o efeito estufa e a falta de água potável. Saberão que o autoritarismo deturpa a verdade e o totalitarismo cria a sua própria verdade. Terão sensibilidade e

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

³ Artigo 207, C. F.

⁴ Artigo, 205, C.F. - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

vontade para reagir à banalização da violência e da morte. A universidade tem o dever de formar os filhos do futuro, esclarecendo que a sobrevivência de todos só estará assegurada quando substituímos a retórica da confrontação pela busca da parceria, da cooperação e do entendimento entre os povos. Cabe à universidade ajudar os habitantes do século 21 a redimi-lo. Cumpre ensinar que o vocabulário da sobrevivência começa com a palavra diversidade. É preciso que haja diversidade de espécies, de povos, de opiniões. Mas não apenas isso. A universidade deve estender sua ação humanizadora a todos os espaços sociais, aos sindicatos, às associações, às academias, ao ensino básico, ao ensino médio, aos museus, às casas de cultura. Ela deverá estar onde estiverem as pessoas, deverá contribuir para a proteção de cada ser humano, de cada ser vivo, na grande família das espécies. Além disso, à universidade caberá escrever um novo capítulo da história. O capítulo da criatividade, da reinvenção, da reconstrução. Ela sugerirá novos caminhos, indicará atalhos, iluminará as zonas de penumbra com a pesquisa, a discussão, a informação e a reflexão. Essa deve ser e será certamente a função social da universidade. (SILVA, 2009, p.1).

Para que ela cumpra integralmente a sua função social, a universidade precisa acompanhar as grandes mudanças que vêm ocorrendo no mundo.

“São as Universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil.” (TEIXEIRA, 1999, p. 55).

A universidade é um local de convivência de grupos heterogêneos, mas que buscam o mesmo fim, qual seja, a formação, a busca pelo conhecimento e aperfeiçoamento. Assim, afirmamos que a universidade tem a função de ligar os estudos a todas as mudanças que ocorrem na sociedade a sua volta. Assim como o docente, a instituição de ensino superior tem como pilar a transformação da sociedade, para uma convivência pacífica, harmoniosa e reflexiva.

1.1. Breve Histórico

Dentro de uma visão ocidental pode-se afirmar que as universidades surgiram por volta do século 12 e 13 na Europa. Foi na Itália e na França que surgiram as primeiras universidades para o ensino de Direito e Medicina. No fim do século XII a universidade de Bolonha incorporou o primeiro curso de Direito com as disciplinas de retórica, gramática e lógica.

A segunda universidade mais antiga é a Universidade de Paris (Sorbonne), fundada em 1214.

No entanto, em uma visão mais abrangente, encontra-se por volta de 350 a.C., na Grécia, a academia de Aristóteles, onde eram debatidas as questões sobre a vida. Os filósofos clássicos foram os responsáveis por libertar a sociedade da época do misticismo excessivo, discutir os melhores meios de ordenar o conhecimento e dar forma ao pensamento lógico e à ética e ao conhecimento do universo.

O surgimento das universidades na Europa possibilitou a disseminação do pensamento crítico que acabaria por desencadear o Renascimento e, mais tarde o Iluminismo.

No Brasil, apenas fala-se em ensino universitário, por meados do ano de 1820 no Rio de Janeiro, com a intenção de diversos cursos, mas, em 1808, surge a primeira escola de ensino superior no Brasil.

(...) existia na época, a Universidade do Rio de Janeiro, mas só no papel. Ela foi criada pelo Presidente Epitácio Pessoa para, numa demonstração de status cultural, receber o Rei Alberto da Bélgica. Mas o rei foi embora, passou poucos dias aqui e a Universidade do Rio foi fechada: já tinha cumprido seu papel (AZEVEDO apud FÁVERO, 1977, p.30).

Historicamente o Brasil distingue-se nos países colonizados da América, principalmente no que concerne à América Espanhola, estas colônias tinham o incentivo de estudos do país colonizador, enquanto que Portugal atrelava os colonizados às universidades da capita (Coimbra e Évora).

As primeiras escolas de ensino superior, como Medicina, Direito e Politécnica surgem pela presença da coroa em solo brasileiro, conforme comenta Cunha (1986), “estes cursos visavam a formação de burocratas e profissionais liberais”.

Oliven (1990) menciona que a universidade brasileira se consolidou tardiamente, na segunda metade da década do século passado, sendo que, num período anterior, a estrutura de ensino superior no país era formada por escolas superiores isoladas, as quais tinham como objetivo a formação profissional dos seus alunos.

O atraso da criação da universidade no país deve-se em grande parte à influência dos positivistas, os quais consideravam a universidade uma instituição decadente e anacrônica para as necessidades no Novo Mundo, advogando, neste sentido, os cursos técnicos profissionalizantes (OLIVEN, 1990, p. 118).

Já no século 20, o ensino superior brasileiro manifestou-se de forma mais abrangente, com centros formadores de várias áreas.

Em 1934, a USP⁵ desempenha um papel importante enquanto instituição de pesquisas no Brasil.

Na década de 1930, surge a Universidade de São Paulo (USP) com duas grandes bandeiras em busca de modificar o paradigma dos cursos superiores existentes: a integração de diferentes áreas do saber e dos conhecimentos, e a produção de pesquisa por parte dos docentes e alunos desses cursos. Não se poderia continuar formando apenas profissionais técnicos e divulgando pesquisas fora do país. Professores e estudantes desses cursos deveriam se voltar para fazer pesquisa, produzir conhecimento (...). (MASETTO, 2003, p. 20).

Já um ano após a Universidade da Capital expõe “(...) a expansão da cultura, a indissolubilidade entre ensino e pesquisa, a autonomia expressa na liberdade de investigação e na formação crítica” (OLIVEN, 1987, p. 118).

A Universidade do Brasil em 1937 tornou-se o expoente do Estado Novo. As diretrizes deveriam ser seguidas por todas as universidades do país, sendo assim, esta fase ficou conhecida como autoritária e centralizadora.

Com o fim do Estado Novo, o país passa por uma transformação econômica, deixa de ser agroexportador e passa a ser importador. É a ascensão para o consumo dos anos 60. Essa mudança na economia também traz mudanças significativas para a educação. Antes educação voltada para as classes mais favorecidas economicamente, agora, com o intuito de qualificação para consumo, as classes menos favorecidas poderiam ter acesso ao ensino superior. A comunidade acadêmica entre 1945 e 1964, favoreceu os movimentos sociais.

Esta política populista voltou-se para o ingresso da classe média no ensino superior, por meio de alguns fatores, como: a oferta de vagas no ensino médio público, as leis de equivalência que propiciou um maior número de cursos secundários dando acesso aos vestibulares, a intensificação da escolaridade das mulheres e a gratuidade do ensino superior oficial (OLIVEN, 1987, p.219).

Durante o Regime Militar, as universidades tornaram-se centros para discussões estudantis, a fim de buscarem apoios aos seus movimentos contra o Regime Militar.

Entretanto, mediante às palavras de Oliven (1990, p.75):

Com a Lei 5540/68, a relevância da universidade passou a ser aferida tendo como critério principal o comportamento do mercado. Assim ensino e atividade de extensão passaram a ser percebidos como mercadorias que

⁵ Universidade de São Paulo.

podiam ser adquiridas por aqueles que almejassem um diploma, um certificado de aperfeiçoamento, ou um serviço qualquer a ser prestado pela universidade (OLIVEN, 1990, p. 75).

Durante o governo do Presidente Sarney, foi constituída a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, que produziu um documento intitulado “*Uma nova política para a educação superior*”, porém, essa reformulação não obteve êxito. Foi apenas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que uma grande reforma educacional foi instituída. A LDB⁶, Lei 9394/96, trouxe inovações para o ensino superior e formação docente.

Todavia, comenta Anísio Teixeira:

“...a verdadeira reforma universitária não pode ser feita de fora, pela imposição de atos legislativos, tem de nascer de dentro dela, por meio do debate e do consenso do magistério, para que ocorra uma efetiva mudança nas práticas desenvolvidas no cerne das universidades.” (TEIXEIRA, 1999, p. 45)

Nos últimos 12 anos no Brasil, incentivos foram criados para o acesso às Universidades, como redução de impostos e fundo de financiamento estudantil (Fies), ProUni⁷. Também foram criadas avaliações institucionais como o Sinaes⁸ e Conaes⁹. Para que se possa frequentar a universidade no Brasil, há a necessidade segundo o art. 51 da LDB, de que todos os níveis de ensino (infantil, fundamental e médio) sejam concluídos pelos estudantes.

⁶ Lei de Diretrizes e Bases, L. 9.394/96. O *Capítulo IV – Da Educação Superior*, da referida lei, expõe do artigo 43 ao 57 os regramentos impostos ao Ensino Superior. O artigo 43 apresenta as finalidades da Educação Superior.

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
 II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
 III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
 IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
 V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
 VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. .

⁷ Programa Universidade para Todos.

⁸ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

⁹ Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, orienta tanto sobre a educação básica quanto sobre a educação superior. Em seu artigo 43¹⁰, aponta as finalidades do ensino superior. A referida lei delega à União a competência para definir normas específicas para esse tipo de ensino. A LDB explicita a função do ensino superior e das universidades, como tendo a finalidade de estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de pesquisa e investigação científica, com o objetivo de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, criação e difusão da cultura. (LDB, art. 43, I e II)

Nos artigos 46 e 47, a referida lei trata sobre a descentralização e a autonomia para as escolas e universidades, além de estabelecer um processo de avaliação das instituições, e também sobre a valorização do magistério.

Para o Professor Romualdo Portela de Oliveira, em seu artigo, “*A Transformação da Educação em Mercadoria no Brasil*”, o cenário atual da educação superior no Brasil, estaria voltada diretamente a uma mercantilização, onde as instituições de ensino superior agiriam com um propósito apenas de crescimento. Então para os dias atuais este seria o cenário mais próximo da realidade brasileira.

A forma mais visível desse crescimento é a compra de outras instituições e seu aperfeiçoamento, por meio da implantação de uma gestão mais profissionalizada. Tal processo tem propiciado o crescimento acelerado de algumas instituições, generalizando a educação como uma mercadoria, assim como a tendencial oligopolização da oferta. Conclui-se afirmando que é cabível falar-se em uma financeirização da educação, posto que é o setor financeiro que assume a hegemonia na educação privada no país.

¹⁰ Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
 II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.2. Atuação da Universidade

Pensar na atuação da universidade é analisar que seu papel é plural e diverso, isto porque, conforme anteriormente mencionamos, a universidade é composta por uma heterogeneidade, são pessoas diferentes, com culturas, classes sociais contrárias, no entanto, como objetivos próximos, qual seja, a formação acadêmica de nível superior.

A Educação Superior, até pouco tempo, tinha caráter humanístico, era privilégio de poucos, quase todos provenientes de famílias dominantes no cenário político e econômico do país. Os estudantes buscavam mais um “aprimoramento pessoal” do que uma profissão. Mas hoje a importância que adquirem, as questões da ciência, tecnologia e comunicação no mundo globalizado provoca sensíveis transformações nas sociedades contemporâneas em todos os sentidos, sinalizando a construção de uma nova sociedade, uma nova realidade social, obrigando a educação escolar a vincular-se às práticas sociais e ao mundo do trabalho. (BARBOSA, 2011, p. 11).

Neste contexto, é possível percebermos que a universidade assim como outras instituições são “artefatos” sociais que devem ser compreendidos como produtos da história humana.

A universidade é uma produção social e histórica; sua função social não está dada por uma definição natural.

A existência da universidade dá-se para produzir o conhecimento, gerar pensamento crítico, organizar e articular os saberes, formar cidadãos, profissionais e lideranças intelectuais. De modo concreto, não podemos pensar que a construção do conhecimento é entendida como individual. O conhecimento é produto da atividade e do conhecimento humano marcado social e culturalmente. O papel do professor consiste em agir com intermediário entre os conteúdos da aprendizagem e a atividade construtiva para formação do conhecimento acadêmico .

A universidade não é perfeita e tão pouco inquestionável, ela funciona bem ou mal, cumpri com maior ou menor efetividade suas atribuições e está na vivência de uma sociedade e não acima dela.

A universidade tem luz própria, é o local de transformação e crescimento, independentemente de qual época, sociedade ou Estado estejam inseridas.

A instituição de ensino universitário se dedica à pesquisa e a transmissão de conhecimento. Quando se trata sobre a transmissão de pensamento as universidades são afetadas as épocas históricas e as sociedades entendem o conhecimento. O conhecimento é

aquele que liberta, promove e emancipa, ou ainda pode ser considerado como instrumento de desenvolvimento profissional ou ajuste com a qual as pessoas melhoram suas vidas. Hoje, todavia, por conta da globalização, o conhecimento também se tornou um bem de mercado. Com isso, na universidade que tem como fim transmitir e produzir o conhecimento sofre uma grade alteração. A relação professor – aluno- instituição fica abalada, pois a produção torna-se mais importante que a transmissão.

Cunha (1989) proclama a autonomia da Universidade, quase que afirmando sua soberania, ao afirmar que:

"(...) a universidade produz e dissemina a ciência, a cultura e a tecnologia mediante procedimentos que lhe são próprios, desde a escolha dos temas de estudo até o ensino, forma predominante de disseminação. (...) Se outra forma de prestação de serviços - a extensão- desligar-se da produção acadêmica e do ensino, teremos um serviço governamental de assistência social (saúde, desfavelamento, alfabetização) ou uma agência de fomento às empresas (treinamento de pessoal, projetos, assistência técnica, etc)". (CUNHA,1989 p. 70/71).

A universidade está situada em uma posição importante dentro da sociedade. A Declaração Universal sobre Educação Superior¹¹ reconhece em seu preâmbulo a importância indiscutível da universidade para qualquer sociedade. Afirma em seu texto a importância do conhecimento e da pesquisa para que haja um desenvolvimento cultural, socioeconômico e sustentável.

Diante do exposto, a universidade é um espaço de formação e de produção de conhecimento, não sendo um “meio”, mas sim um “fim”. Seu papel fundamental é desenvolver e promover a pesquisa, estudos em áreas específicas, com vistas ao desenvolvimento humano, científico e tecnológico. A universidade deve retomar a questão de sua função social na questão da cultura e da profissionalização. É necessário encontrar um novo caminho entre a formação técnico/profissional e a formação humanista/cultural. Para

¹¹ Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998.

“(...) Enfatizando que os sistemas de educação superior devem aumentar sua capacidade para viver em meio à incerteza, para mudar e provocar mudanças, para atender às necessidades sociais e promover a solidariedade e a igualdade; devem preservar e exercer o rigor científico e a originalidade, em um espírito de imparcialidade, como condição prévia básica para atingir e manter um nível indispensável de qualidade; e devem colocar estudantes no centro das suas preocupações, dentro de uma perspectiva continuada, para assim permitir a integração total de estudantes na sociedade de conhecimento global do novo século. (...)”.

isso, é necessário que a universidade leve a sério em todas as áreas de atuação, sua função cultural.

2. A Formação e o Papel do Docente Universitário

A questão sobre a formação do docente universitário está atualmente em pauta. A sociedade e a universidade questionam-se quanto à qualidade da formação para a docência no ensino superior. Isso explica-se pelos conflitos que ocorrem entre professores e alunos.

É neste sentido que a professora Selma Garrido Pimenta, no livro, “*Saberes pedagógicos e atividade docente*” expõe a necessidade de uma formação inicial e continuada a partir das práticas pedagógicas e docentes (PIMENTA, 2002, p.15). É necessário que o docente tenha uma formação adequada, pois na sociedade contemporânea cada vez mais se torna necessário o seu trabalho de mediação nos processos construtivos da cidadania dos alunos, um trabalho de orientador e facilitar quanto a busca da pesquisa e a construção do conhecimento. Para tanto a análise da formação inicial e continuada é necessária para a construção da prática docente e da relação professor-aluno. A formação inicial deveria ser mais voltada para a prática das atividades docentes enquanto a formação contínua deveria agir para as mudanças na relação de ensino.

Anteriormente, como aponta Masetto (2003), os professores universitários, ainda que possuíssem alguns títulos acadêmicos, pouca importância reservava à sua formação enquanto professores e à preparação para a docência e o processo de ensino-aprendizagem; o docente acabava se especializando em seu campo de conhecimento, uma vez que isto era pré-requisito para a atuação como docente. Muitas vezes foi possível pressupor que apenas seria necessário que o profissional conhecesse bem o assunto para que pudesse ser um bom professor. Todavia, essa situação está modificando-se gradativamente, o professor universitário está tendo uma visão crítica quanto à sua atuação, quanto à relação com os discentes e a sociedade. Para que a atuação no ensino superior seja efetiva, o profissional docente deve ter em mente que é necessário ter uma visão enquanto educador, que seja uma pessoa ativa e sensível às atualidades, seja no sentido social ou tecnológico, e que tenha uma prática didático-pedagógica para atuar na docência.

Quanto a formação docente nas universidades, algumas instituições têm buscado implementar programas de capacitação e formação contínua. Esses programas favorecem o oferecimento de bolsas para programa de mestrado, doutorado ou pós-graduação, tanto no Brasil quanto fora dele. Há, como exemplo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), o incentivo a pesquisa com o PICDT¹² e na Universidade Federal de Goiás (UFG), o PROIN¹³, oferecendo bolsas de curta duração, com o objetivo, de induzir a formação pessoal e a geração de conhecimento.

Seguindo estes pressupostos para a atuação docente, as universidades deveriam criar um corpo docente com estas qualidades, onde haja um verdadeiro incentivo para a função docente. O professor também deverá ter conhecimento e percepção quanto aos apoios e incentivos por parte das instituições de ensino. O conhecimento virá também pela formação continuada, que é considerada como sendo uma atividade profissional, “algo que se refaz continuamente por meios de processos educacionais formais e informais variados, cujo desenvolvimento consiste em auxiliar qualquer tipo de profissional a participar de atividades do mundo que o cerca incorporando tal vivência ao conjunto de saberes da sua profissão” (ROSEMBERG, 2002, p.47).

2.1. Formação do Docente Universitário

Na última década vem-se discutindo a formação do professor universitário. Até a década de 70, via-se como profissional da área de docência superior, a pessoa com formação (graduação) e/ou com especialização, seguindo neste sentido a expressão do Professor Masetto: “*quem sabe, automaticamente, sabe ensinar*”, e isto se explica pelo modo como as aulas eram ministradas, o docente em suas aulas expositivas ou palestras explicava na teoria como se faz na prática. Este profissional deveria estar inserido em sua área de trabalho e assim ter competências práticas para serem exemplificadas em sala de aula.

Masetto, em seu livro: “Competência pedagógica do professor universitário”, levanta a questão sobre a devida formação do docente, não sendo suficiente apenas a graduação e a inserção no mercado de trabalho, mas também, sendo necessária uma formação específica quanto à didática e as práticas educativas. Explica o autor:

Em primeiro lugar refletir sobre a estrutura organizativa do ensino superior no Brasil, que desde seu início (e até hoje...) sempre privilegiou o domínio de conhecimentos e experiências profissionais como os únicos requisitos para a docência nos cursos superiores. (MASETTO, 2003, p.11)

¹² Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico.

¹³ Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-graduação.

Portanto, na prática verifica-se que a formação específica do bacharel não é suficiente para prepará-lo para o exercício da docência, sendo assim não há justificativas para se dispensar uma formação didático-pedagógica.

Em 1971, a Lei 5692, mobilizou uma reforma na educação e também quanto a formação do docente. Todavia a formação continuada ficou apenas como uma “reciclagem” do que o professor já tinha como formação. E esta formação específica do bacharel já não seria mais suficientemente capaz de prepará-lo para a docência, e, este despreparo pela falta de conhecimentos pedagógico veio a dificultar o processo de ensino-aprendizagem.

Na década de 80 com a “praxis educativa”, que é atuação reflexiva e crítica sobre a educação apontada por Nóvoa (1992), surgiram os primeiros questionamentos quanto a formação dos docentes do ensino superior. Masetto (2003), em sua literatura aborda o problema da má formação dos professores universitários. Afirma que a educação em nível superior ou de pós-graduação teria mais qualidade desde que fossem ministradas aulas por professores altamente qualificados.

A questão quanto a formação de professores universitários e dos demais professores é levada a análise para que haja uma melhoria significativa na educação, no sentido de melhorias da qualidade de ensino ministradas nas instituições escolares.

Segundo Pimenta e Anastasiou (2002, p.23):

A formação de docentes para o ensino superior no Brasil não está regulamentada sob a forma de um curso específico como nos outros níveis. De um modo geral, a LDB admite que esse docente seja preparado nos cursos de pós-graduação tanto *stricto* como *lato sensu*, não se configurando estes como obrigatórios (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 23).

A atuação para o exercício docente no ensino superior exige uma vasta gama de saberes que vai além dos conhecimentos específicos do profissional, o profissional docente do ensino superior pode atuar por dois modos: atuação profissional prática ou teórico/epistemológico (decorrente do exercício acadêmico). Exige-se dos docentes uma apropriação de novos saberes e de novas competências para saber como agir em situações pertinentes a atuação docente. Essas exigências partem tanto de demandas internas quanto externas. Constantemente o profissional docente do ensino superior é desafiado a lidar com mudanças sociais, tecnológicas e comportamentais, portanto sua preparação para a atividade é essencial.

No entendimento de Veiga (2010), o termo formação é um elemento integrante do processo de desenvolvimento profissional do professor universitário e de aperfeiçoamento do seu “fazer” didático-pedagógico.

Nesse sentido, Nóvoa (1992, p.25) comenta:

A formação deve estimular uma perspectiva reflexivo-crítica, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, de um trabalho livre e criativo sobre os percursos e projetos próprios; com vistas à construção de uma identidade que é também uma identidade profissional (NOVOA, 1992, p. 25).

A formação reflexivo-crítica atua juntamente com a formação continuada, e estas devem agir conjuntamente visando, sobretudo o desenvolvimento e a produção do professor e também o desenvolvimento das instituições. O desenvolvimento do professor deve ser tanto na questão pessoal quanto profissional. Para Nóvoa (1992) são enunciadas cinco teses sobre a formação de professores em serviço, são elas: a formação contínua deve alimentar-se de perspectivas inovadoras; valorizar as alternativas de formação participada e de formação mútua alicerçar-se numa reflexão na prática sobre a prática; incentivar a participação de todos os professores na concepção, realização e avaliação de programas de formação contínua; e capacitar as exigências inovadoras e as redes de trabalhos que já existem. As universidades seriam as principais instituições que proporcionariam que estas teses se realizassem. Conforme já apresentado, é a instituição de ensino superior que proporcionará, segundo a legislação, o incentivo a busca do conhecimento acadêmico e a produção de pesquisas.

Neste contexto então se verifica que a formação do docente universitário é tão importante quanto para qualquer outra profissão. A docência não é acima de tudo uma vocação ou aptidão inerente, não basta apenas achar que sabe como lecionar, é preciso estar pautado por técnicas e teorias sobre a didática educativa. O professor não deve ser um mero reproduzidor das teorias e sim um profissional comprometido com o mundo em sua volta. É essencial que saiba transmitir seus conhecimentos, porém, pautado em sérias pesquisas sobre o “fazer docente”. Então, este fazer docente constituirá em ter uma formação adequada, relacionar-se com os alunos e a instituição de ensino. Fundamenta Isaia:

[...] tornar-se docente se realiza em um processo de aprendizagem que acompanha toda a trajetória do professor, indicando sua incompletude como ser humano e como docente. A aprendizagem seja qual for, faz parte da natureza humana. Cada um nasce na condição de aprendiz e o que faz com essa ferramenta humana depende de inúmeros fatores, tanto exógenos quanto

endógenos. Aprender durante toda a vida e em toda a trajetória profissional é uma construção que todo professor precisa aceitar, para poder construir-se como docente (ISAIA, 2007, p. 157).

Sem que haja uma efetiva formação para a construção do docente superior, pouco mudará o contexto institucional. Acreditamos que para o profissional docente exercer sua atividade deverá estar pautado pela didática do ensino superior, pois sem esta, será sempre um mero expositor de conhecimento.

Valer-se de uma formação adequada para a docência fará com que este professor sintase mais confiante e preparado para a atuação no ensino superior.

Lidar com alunos não é apenas estar em sala de aula e “palestrar” sobre determinado tema é ir além, é exercer seu papel de cidadão na formação de seres críticos.

2.1.1. O Professor Reflexivo no Ensino Superior

A universidade parece ser o lugar, por excelência, da reflexão e do pensamento crítico. Pode-se então ser tentado a dizer que formar professores segundo seu paradigma é uma tarefa “natural” das universidades. (PERRENOUD, 1999).

Porém, a universidade hoje ainda não está preparada integralmente para a formação reflexiva dos docentes. (PIMENTA, 2002, p.17).

Os maiores desafios do educador numa sociedade que se transforma aceleradamente são a importância das competências e da reflexão do processo educativo.

Donald Schon (2000), apresenta noções para o nascimento do professor reflexivo, são elas: conhecimento na ação, reflexão na ação, reflexão sobre a ação e reflexão sobre a reflexão na ação. A ação reflexiva resulta assim, nas atitudes de abertura da mente.

Conhecimento na ação é o conhecimento que os profissionais demonstram na execução da ação; é tácito e manifesta-se na espontaneidade com que uma ação é bem desempenhada. [...] Se refletirmos no discurso da própria ação, sem a interrompermos, e reformulamos o que estamos a fazer, estamos a realizá-lo, tal como na interação verbal em situação de conversação perante um fenómeno de *reflexão na ação*. Se construimos mentalmente a ação para tentar analisá-la retrospectivamente, então estamos a fazer uma *reflexão sobre a ação*. [...] a *reflexão sobre a reflexão na ação*, processo que leva o profissional a progredir no seu desenvolvimento e a construir a sua forma pessoal de conhecer[...] ajuda a determinar as ações futuras, a compreender futuros problemas ou a descobrir novas soluções. (ALARCÃO, 1996, p. 16-17).

Um profissional reflexivo da educação é aquele que se encontra diariamente em contato com a realidade essa atividade de reflexão é a atuação inteligente e flexível. Neste sentido a atuação do docente é definida como um saber-fazer sólido, teórico e prático, inteligente e criativo, como ensina (ALARCÃO, 1996, p.13).

A formação e a construção dos saberes dos docentes que atuam na educação superior são constituídas de um processo que deve abranger as questões políticas e pedagógicas, e estas deverão sempre estar relacionadas ao desenvolvimento pessoal e institucional. Para tanto as universidades deverão ter uma estrutura curricular que se comprometa com a atuação crítico-reflexiva deste docente.

Visualiza-se então um docente facilitador da aprendizagem, quando o processo formativo é baseado na prática e na experimentação como fonte permanente de conhecimento, assim, o aluno será direcionado a construir o seu saber e o seu saber-fazer de forma criativa e pessoal, tendo na reflexão a instância integradora de conhecimentos. As aulas dialogadas e até mesmo as aulas práticas facilitarão o entrosamento entre professor-aluno e assim a proposta de facilitação do ensino seria alcançada.

Todavia, conforme apresenta Perrenoud (1999), a prática reflexiva não é uma metodologia de pesquisa. A simples formação acadêmica não prepara para a prática reflexiva; a iniciação para a pesquisa não deve ser considerada como fundamental para a formação acadêmica docente, só poderá ser considerada como tal, se desenvolver dispositivos específicos, como por exemplo, análise de práticas e estudos de caso.

Quanto a universidades e docentes reflexivos, Perrenoud comenta:

Se a universidade se preocupasse mais em formar “pesquisadores reflexivos” encontrar-se-iam numerosas convergências, mas a preocupação metodológica é infelizmente, em geral, mais localizada no eixo do tratamento de dados do que sobre a negociação com o campo e a regulamentação de atividades e do trabalho (PERRENOUD, 1999).

Para que haja enfim uma reestruturação do sistema de formação de professores, acreditamos que seja necessária a valorização da prática que poderá ser entendida em reflexão sobre a prática, a investigação sobre a prática e a partilha de experiências. E esta só alcançará seus plenos objetivos, uma vez, que a atenção do professor esteja voltada para dentro e para fora da instituição de ensino, que sua reflexão seja considerada uma prática social, e que essas práticas serão sempre garantidas. Da mesma forma, a formação pedagógica do profissional docente deve levar em consideração uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de

tal forma que possam ser analisadas todas as teorias implícitas e seus esquemas de funcionamento. A docência no ensino superior então deveria ser apontada para reflexão quanto a aplicação das suas atividades, facilitando a construção do conhecimento acadêmico e proporcionando a pesquisa.

A formação de professores na tendência reflexiva se configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal-profissional de professores e das instituições escolares, uma vez que supõe condições de trabalho propiciadoras da formação como contínua dos professores, no local de trabalho, em redes de auto formação, e em parcerias com outras instituições de formação. (PIMENTA, 2002, p.31)

Verificamos, portanto, o professor reflexivo no ensino universitário deve comprometer-se antes de tudo com sua formação adequada para a docência e diante deste contexto, terá condições de analisar suas atividades e assim propiciar um bom relacionamento com seus discentes, como também desenvolver sua atividade de forma clara. A coparticipação entre professor e aluno no processo de ensino aprendizagem se intensifica. O aluno começa a ver no professor um aliado para a sua formação. Pois, a aprendizagem desejada engloba além dos conhecimentos necessários, habilidades, competências e análise do desenvolvimento de valores.

2.2. A Formação Docente Diante do Contexto Social

No contexto da educação superior, a universidade deve acompanhar de forma muito crítica, as mudanças que ocorrem no mundo. É necessário que as universidades favoreçam de forma comprometida a formação dos agentes de transformação.

A instituição de ensino superior tem por excelência a obrigação de acompanhar as sociedades nas quais está inserida, desta maneira, não é possível aceitar uma educação retrógrada e sem embasamentos. Os sujeitos sociais são outros, não cabendo mais discursos atrasados ou retrógrados. Todavia, quando se fala em mudança, há de se observar uma mudança pautada em diretrizes e estudos, não devendo ocorrer o descarte total, pois a universidade deve estar inserida na realidade das sociedades e não viver fora dela.

Diante da função da universidade em propiciar uma educação voltada para o crescimento real da sociedade, é necessário verificarmos se o docente tem uma formação adequada para também acompanhar essas mudanças.

Como já apresentado anteriormente na formação docente, o professor do ensino superior não deve ser aquele apenas com uma formação específica, que sabe ensinar na teoria o que faz na prática, não basta tão somente ser um pesquisador ou um intelectual, é necessário que conheça as dinâmicas quanto as técnicas de ensinar e saber acima de tudo, como ensinar.

O professor universitário, para exercer a docência necessita de especializações lato e strictu sensu¹⁴ para apenas um terço do corpo docente, mas mesmo com essas especializações, isso não é garantia de a formação para a docência atingirá sua plenitude.

A formação prática incluída no período da formação inicial deveria permitir ao futuro professor:

1. Identificar-se a si próprio como professor e aos estilos de ensino que é capaz de utilizar, estudando o clima da turma e os efeitos que os referidos estilos produzem nos alunos.
2. Ser capaz de identificar os problemas de organização do trabalho na sala de aula, com vistas a torna-lo produtivo. Os problemas de disciplina e de organização da classe são mais agudos durante o primeiro ano de exercício da profissão.
3. Ser capaz de resolver os problemas decorrentes das atividades de ensino-aprendizagem, procurando tornar acessíveis os conteúdos de ensino a cada um dos seus alunos. (ESTEVE, 1992, p.119)

Ainda o mesmo autor aponta que para que o professor evite o mal-estar docente e supere o “choque de realidade”, é necessário agir com a aprendizagem, ainda que seja na tentativa e erro e assim as tensões tenderão a diminuir. E é neste momento que a auto realização no trabalho docente começa a surgir. Quando o professor está cercado por orientação quanto a sua atuação, sente-se preparado a encarar os alunos, a universidade e toda a sociedade.

O professor dessa sociedade contemporânea precisa compreender que a figura do detentor do saber já está ultrapassada, no exercício de sua atividade docente, este profissional, deve propiciar um ambiente de experiências positivas para a aprendizagem, conteúdos contextualizados com a realidade e as alterações sociais dessa sociedade, ser o instigador, para que o aluno seja estimulado a buscar o conhecimento.

A formação docente para a docência no ensino superior deve ser encarada com muita atenção. A universidade tem a função da universalidade das informações e das ideias e, se ela não tiver em seu quadro de profissionais, docentes, que estejam preparados para essa função, a universidade perde sua principal característica.

¹⁴ Art. 52, II, LDB: - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Valorizar a formação docente é muito importante, pois a sociedade exigirá cada vez mais que estes profissionais possuam habilidades e conhecimentos para a atuação na docência superior e também para lidar com as complexidades das relações interpessoais e das relações sociais.

Um docente que tenha uma boa formação quanto as técnicas de aprendizados, das práticas didático-pedagógicas, poderá acender a função da universidade assim como poderá fazer com que seus alunos tornem-se sujeitos críticos e atuantes da sociedade, pois esta, sempre estará em mudanças, seja no contexto político, econômico ou social.

2.3. A Atuação do Docente

Com base em Esteve (1992), acreditamos que, para que o professor universitário possa aplicar sua prática à docência (agir de forma facilitadora e reflexiva) é necessário que esteja pautado em três pontos principais, – o conteúdo da área na qual é especialista; sua visão de educação, do homem e de mundo; e as habilidades e conhecimentos que lhe permitam uma efetiva ação pedagógica em sala de aula -, existindo uma total interação e influência recíproca entre esses diferentes polos.

Algumas pesquisas para dissertações vêm dedicando-se a entender o papel do professor universitário, e o que percebemos é que a qualificação deste profissional muito está defasada para que se possam enfrentar os problemas educacionais da contemporaneidade.

Estes problemas devem-se pela formação inicial do docente e a realidade da educação universitária. O docente torna-se apenas continuísta, quando da falta de formação adequada, os alunos esperam mais interatividade com o professor, e a universidade busca o bom relacionamento entre as partes, para que assim seu objetivo seja alcançado.

Para tanto, iniciativas do início dos anos 2000, tentam preencher estas defasagens. São iniciativas tanto públicas quanto privadas, e o foco está na Formação Continuada, conforme explicita (PIMENTA, 2006, p. 34).

Esta formação continuada tem a função de ligar a formação inicial do docente, com as mudanças advindas da área da educação.

A atividade docente está inteiramente ligada a formação pedagógica, e esta implicam a um movimento de relação entre professor, aluno e conteúdo de ensino, tratam-se então sobre a “troca” de conhecimentos, experiência e vivências.

Shulman (2005), em seu texto: “*Conocimiento Y Enseñanza: Fundamentos de La Nueva Reforma*”, faz apontamentos relevantes sobre o exercício da docência, como, o conjunto de conhecimentos, compreensão, habilidades e motivação. Os professores têm dificuldades para articular o que conhecem e como conhecem. E o que seriam esses conhecimentos para a atuação docente? Seriam apenas a habilidade da oratória? Conhecimentos específicos? Com o intuito de responder e organizar os conhecimentos do professor, o referido autor traz a seguinte lista:

Conhecimento do conteúdo - O saber, a compreensão, as habilidades e as disposições que devem adquirir os alunos. Essa responsabilidade coloca de maneira especial tanto uma profunda compreensão das estruturas da matéria, por parte do professor no que se refere às atitudes, ao entusiasmo do professor frente ao que está ensinando e aprendendo. **Conhecimento didático geral** - Princípios e estratégias gerais de manejo e organização da classe que transcende o âmbito da disciplina. **Conhecimento do currículo** - Considera-se no conhecimento do currículo, seus âmbitos e sequências. Os princípios, as políticas e as circunstâncias de funcionamento. Testes e materiais para sua aplicação e os programas que servem como ferramentas para o ofício do docente. **Conhecimento didático do conteúdo** - O elo entre a matéria e a pedagogia que constitui uma esfera exclusiva dos mestres ou seja, sua forma especial de compreensão profissional. **Conhecimento dos alunos e de suas características** - O professor não somente deve conhecer a fundo a matéria específica que ensina como também deve possuir uma ampla formação humanista, que facilita a aquisição de novas compreensões. Frente à diversidade dos alunos, o professor precisa de uma compreensão que lhe permita explicações alternativas para um mesmo princípio ou conceito. **Conhecimento dos contextos educativos** - Engloba desde o funcionamento do grupo ou da classe, da gestão e financiamento dos distritos escolares até o caráter das comunidades e culturas. **Conhecimento dos objetivos, das finalidades e dos valores educativos e dos seus fundamentos filosóficos e históricos** - Muitos trabalhos que difundem os resultados de investigações empíricas, também servem como fontes de divulgação dos conhecimentos de base. Algumas pesquisas se concentram na identificação dos comportamentos e estratégias do professor, que com maior probabilidade, vão suscitar um progresso e rendimento acadêmico dos alunos. Tais conclusões podem estar mais associadas ao ensino de destrezas. (SHULMAN, 2005).

A atuação do docente deve ser interligada com as propostas da instituição de ensino – currículo e projetos - e com a realidade social a sua volta. A docência do ensino superior exige do professor um domínio em uma determinada área de conhecimento e também na área pedagógica, que neste último ponto há grande defasagem. Por fim, o objetivo máximo da docência é a aprendizagem dos alunos. O docente tem que ter total entendimento sobre o “aprender”, quais são as teorias sobre a aprendizagem, as mais importantes e o que se deve aprender atualmente. O aprendizado deve ser significativo e integrador. Compreender no

processo de aprendizagem o desenvolvimento cognitivo, afetivo-emocional, de habilidades e a formação de atitude.

Quanto à atuação em sala de aula, o docente precisa comunicar-se de forma clara, abranger as técnicas de aprendizagem como, trabalhar em equipe, relatórios, pesquisas em bibliotecas entre outras, e também valorizar o conhecimento e sua atualização, a pesquisa, a crítica, a cooperação, os aspectos éticos do exercício da profissão, os valores sociais, culturais, políticos e econômicos, a participação na sociedade e o compromisso com a evolução.

Precisa aprofundar-se no conhecimento e na prática de uma relação com os alunos de forma a colaborar com eles em sua aprendizagem. Precisamos de um professor que assuma o papel de orientador das atividades que permitirão ao aluno aprender, que seja um elemento motivador e incentivador do desenvolvimento de seus alunos, que esteja atento para mostrar os progressos deles, que forme com eles um grupo de trabalho com objetivos comuns, que incentive a aprendizagem e estimulem o trabalho em equipe, na busca de solução para problemas, usando técnicas em sala de aula que facilitem a participação. (CUNHA, 2009)

Para a atuação do docente no ensino superior a reflexão crítica e a sua adaptação são fundamentais para que este profissional possa compreender como se pratica e como se vive a cidadania nos dias atuais; e isso se dá no momento em que o professor incorpora em suas aulas a reflexão, textos de leitura e escolhendo outras estratégias para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra da forma prevista, reconstruindo o conhecimento. O professor precisa aprofundar-se no conhecimento e na prática de uma relação com os alunos de forma a colaborar com eles na aprendizagem assim como as universidades devem estar preparadas para responder às mudanças da contemporaneidade.

Shulman (2005) defende que o ensino exige habilidades básicas, conhecimento do conteúdo e habilidades didáticas gerais. Portanto, o docente deve estar atento a todas atitudes dentro da sala de aula, e assim propiciar a expansão do conhecimento.

3. As Mudanças Sociais e a Prática Docente

Nóvoa, Perrenoud (1999), Pimenta e Ghedin (2006) são alguns dos autores que mais se expressão sobre a atuação do professor universitário diante das mudanças sociais. Pimenta e Ghedin (2006) tratam especificamente a atuação do professor como ser reflexivo, onde a

reflexão é entendida como a superação dos problemas cotidianos vividos na prática docente e assim a efetiva elevação do estatuto da profissionalidade docente e para a melhoria das condições escolares. Perrenoud (1994) faz uma profunda investigação na formação de professores em contextos sociais em mudanças. Alguns questionamentos são sublimados, como: a escola pode manter-se estagnada diante das mudanças? Quais são as práticas reflexivas? Como se dão as participações críticas como responsabilidade da cidadania? Como se dá a formação docente dentro deste contexto de mudanças? Há que se ter uma análise crítica diante da formação docente e as constantes mudanças. As instituições de ensino não devem ter mudanças profundas e constantes, por conta de troca de governos ou políticas públicas, mas deve-se manter atualizada quanto os conceitos destas mudanças, de fato, os objetivos poderão ser modificados, porém seus valores nunca serão.

Quanto a Nóvoa (1992) em sua coletânea sobre a profissão docente, juntamente com Esteve (1992), exprimem sérias preocupação quanto às mudanças sociais e o mal-estar docente; as mudanças nas instituições de ensino; da ruptura do consenso social sobre a educação; mudanças de expectativas em relação ao sistema educativo; a falta de apoio da sociedade; as mudanças nas relações “professor-aluno”; e por fim, as atitudes dos professores perante a mudança social.

Esta pesquisa aborda apenas a relação da profissão docente universitária diante de mudanças que são percebidas no contexto social, o objetivo não é fazer um estudo sociológico acerca do tema. A sociedade está em constante alteração, transformação, e entender como essas mudanças afetam a relação “professor-aluno” e a formação docente, são os objetivos norteadores desta pesquisa.

Como ponto de partida é possível analisar as mudanças sociais em quatro características:

1. São fenômenos coletivos que afetam as condições e/ou as formas de vida da sociedade;
2. As transformações não devem ser superficiais e necessitam possuir provas de certa permanência;
3. São possíveis de se identificar pelo tempo. A partir do tempo que se tem como referência é possível verificar o que é que mudou;
4. São mudanças que devem afetar a estrutura da sociedade, pois assim a sua observação se torna possível.

Acredito que a Educação vai virar um valor social quando mais gente – não importa a área de atuação, empresário, sindicalista, intelectual – perceber

que é preciso melhorar a qualidade do ensino e que esse engajamento tem impacto sobretudo na vida das famílias humildes. [...] Infelizmente, essa é a realidade do país, mas devemos continuar lutando para fazer com que a Educação assuma esse papel fundamental que tem para mudar a realidade da população. (HADDAD, 2009).

As atitudes dos professores perante a mudança dos sistemas de ensino não diferem em muito das atitudes gerais dos seres humanos face à mudança social acelerada. (ESTEVE, 1992, p. 109). Isto quer dizer, que o docente será afetado como qualquer outra pessoa que vive em sociedade, porém, essas mudanças poderão ser recebidas de forma mais suave se o docente universitário estiver preparado para elas.

3.1 Conceitos de Mudança

AlgarTE (1994), o conceito de mudança é interpretado como “revolução”, que é a “quebra repentina e de longo alcance na continuidade do desenvolvimento de um sistema social”. Os obstáculos são de difícil superação porque não estão apenas no âmbito das dificuldades materiais, mas das ideias, da consciência e dos valores intrínsecos do homem. (ALGARTE 1994, p.189)

A sociedade está em constante mudança, isto, tanto no contexto social como tecnológico. A medicina e engenharias são dois bons exemplos no contexto das mudanças. O aprimoramento dessas áreas contribui em muito para a transformação da vida das pessoas. No entanto quando fala-se em mudanças para a educação, essas não são tão rápidas, e as vezes essas mudanças são confundidas com as mudanças tecnológicas e não mudanças da atuação docente e da instituição de ensino.

A sala de aula ainda continua a mesma, ainda há o triângulo educacional: “professor, aluno e sala de aula”, a sociedade muda, mas a forma como a educação é encarada, ainda continua a mesma. Haja vista que existam transformações na sociedade, é necessário que haja também uma reforma na educação. “A simples constatação destas mudanças basta para justificar as tentativas de reforma do ensino” [...] Nóvoa (1992, p.95).

Para Wittizorecki, a mudança fundamenta-se:

As mudanças sociais, políticas e econômicas que nos afetam a todos, são produzidas pelos sujeitos a partir do tipo de relação que estabelecem na sociedade. Em diferentes momentos históricos, vamos construindo determinados saberes, pautas de comportamento, estratégias de ação que buscam dar sustentação e significado aos nossos atos cotidianos, coletivos e individuais. Os sujeitos que se envolvem hoje, parecem chocar-se com

parâmetros, papéis e crenças que até então entendiam como legítimos ou ainda, os encontra defasados, carentes de sentidos ou obsoletos. Em outras palavras, sempre houveram mudanças sociais. A questão que pode encaminhar uma melhor compreensão é: enquanto professores, que mudanças mais nos tocam nos dias de hoje e como estamos lidando com elas? (WITTIZORECKI, 2009)

Na prática da atividade docente, principalmente quanto a qualidade do seu agir, está a capacidade de estimular, motivar e acreditar cada vez mais nas relação entre aos seres da sociedade, portanto as mudanças podem ser benéficas para a realização do desenvolvimento de um ser humano crítico e reflexivo.

3.1.1. As Mudanças Sociais no Ensino Superior

O objetivo central desta pesquisa é analisarmos a atuação do docente universitário diante das interferências da mudança social, no entanto cabe verificarmos quais são essas mudanças que estão atuando dentro do ensino superior.

Nóvoa (1992) e Esteve (1992), fazem algumas considerações acerca do tema. Conforme afirmado anteriormente, ocorre a mudança social quando surge uma alteração que modifica um estado anterior de uma realidade social.

A Educação Superior, até pouco tempo, tinha caráter humanístico, era privilégio de poucos, quase todos provenientes de famílias dominantes no cenário político e econômico do país. Os estudantes buscavam mais um “aprimoramento pessoal” do que uma profissão. Mas hoje a importância que adquirem, as questões da ciência, tecnologia e comunicação no mundo globalizado provoca sensíveis transformações nas sociedades contemporâneas em todos os sentidos, sinalizando a construção de uma nova sociedade, uma nova realidade social, obrigando a educação escolar a vincular-se às práticas sociais e ao mundo do trabalho. (BARBOSA, 2011, p. 11).

O professor universitário na atualidade está enfrentando alguns dilemas sobre a sua atuação. A universidade assim como a sociedade exige deste profissional uma nova atitude diante da sala de aula, pois não aceitam mais um professor conteudista e sem prática docente no processo de ensino aprendizagem. Neste momento o docente entra em contradição, pois, realmente sua formação não foi para a docência, sendo assim, a dificuldade em se relacionar com o aluno pode ser a causa do mal-estar docente, que será explicado a seguir.

As novas tecnologias, o uso de mídias, o ingresso de diferentes pessoas com diferentes culturas, e a expectativa para a formação voltada para a ciência e tecnologia, podem deixar o profissional do ensino superior coagido.

A heterogeneidade etária dentro de uma mesma sala de aula podem causar conflitos em relação ao docente. Até 2030, segundo o IBGE¹⁵, a população será muito diferente dos dias atuais. Haverá mais idosos e menos jovens, sendo assim, estas pessoas com mais idades poderão voltar à sala de aula para ter outra formação, pois necessitarão estar inseridas no mercado de trabalho. (NOVAES, 2014).

Em um mundo globalizado como o de hoje, faz-se necessário rever com urgência os conceitos sobre educação. Não se trata simplesmente de inventar novas tecnologias para melhorar o que existe. É necessário repensar, desde as raízes, de todo o sistema de educação. De nada adianta a reformulação dos métodos e dos meios, se a educação oferecida não corresponde ao homem moderno. (BARBOSA, 2011, p. 42).

Quanto às mudanças sociais ainda cabe-nos acrescentar a questão mercadológica e o perfil do aluno. Anteriormente o aluno entrava na universidade com a finalidade única de uma formação social, hoje, todavia, há o ingresso em universidade a fim de que consigam melhores qualificações, o aluno estuda para competir no mercado de trabalho.

Portanto se as mudanças sociais afetam o mercado de trabalho, isso reflete diretamente na universidade que forma este profissional. Neste sentido o docente toma ainda uma maior carga de preocupação.

No entanto, as mudanças não podem ser entendidas como negativas. Há mudanças positivas, principalmente no que se refere à formação docente. Se a sociedade exige um profissional melhor formado, é obrigação tanto da universidade de dar condições de que este profissional se qualifique, quanto do docente perceber a necessidade de uma formação específica.

3.2 O Mal-Estar Docente

O docente em qualquer nível de ensino é obrigado a passar por situações conflituosas e a resolver estes conflitos, porém nem sempre estão devidamente preparados para estas situações.

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para Perrenoud, um sentimento de fracasso, de impotência, de desconforto, de sofrimento desencadeia uma reflexão espontânea para todos ser humano e também para o profissional docente; a ação positiva também pode desencadear o seu trabalho da melhor maneira eficaz e próxima a ética.

A transformação da prática dos professores deve se dar, pois, numa perspectiva crítica. Assim, deve ser adotada uma postura cautelosa na abordagem da prática reflexiva, evitando que a ênfase no professor não venha a operar, estranhamente, a separação de sua prática do contexto organizacional no qual ocorre. (PIMENTA, 2006, p24).

A vivência do docente diante das mudanças sociais não é tarefa fácil. O sistema educativo é clássico e também pode ser entendido como severo. A formação docente se dá nestes contextos, porém, quando em atividade, o professor depara-se com alunos afoitos pelas mudanças e novos paradigmas. Ainda que o docente não tenha provocado o mal-estar pelo “choque” das expectativas dos alunos e a realidade das universidades quanto ao trabalho docente, é o professor que deverá amenizar a situação. A expressão “mal-estar docente” (Esteve, 1987) aparece como um conceito da literatura pedagógica que pretende resumir o conjunto de reações dos professores como grupo profissional desajustado devido à mudança social. O “mal-estar docente” é uma “doença contemporânea e internacional”. Do descompasso entre as novas exigências e demandas colocadas pela sociedade à escola e consequentemente ao professor derivam características do “mal-estar”.

O mal-estar docente frente ao ensino não deve ser entendido apenas de forma negativa, e sim como um indício para a melhoria da educação. O professor vive ainda um dilema: mesmo discordando da forma como funciona e dos valores que pretende transmitir a instituição em que trabalha, aos olhos dos alunos é o representante daquela instituição e da sociedade. Segundo Esteve (1992), três fatores explicam quais são as alternativas para a mudança desta situação vivida pelos professores, são elas:

1. Ajudar ao professor e eliminar o desajustamento – se houveram mudanças, o professor poderá refletir para tentar achar uma solução;
2. O estudo da influência da mudança social sobre a função docente pode servir como chamada de atenção à sociedade, para que compreenda as novas dificuldades com que se debatem os professores;
3. Só com o estudo dos fatores que geram o mal-estar docente é que será possível traçar linhas no sentido de amenizar ou extinguir o problema.

Para Nóvoa, há diversos indicadores que refletem o rebaixamento da qualidade de ensino, as tecnologias e mídias estão registradas como principais fatores. Sendo assim, o docente tem de aceitar as mudanças profundas na concepção e desenvolvimento da profissão e evitar o desajustamento e a desmoralização do professor.

O professor caminha de forma vagarosa para a incorporação das mudanças sociais em seu cotidiano.

Esteve (1999), aponta que essa vagarosidade dá-se também pela contraposição do agir docente e da falta de recursos para essa realização. O professor tem a ilusão de uma renovação didático-pedagógica e vê o seu trabalho limitado pela falta de material didático ou de recursos para adquiri-los e o prolongamento dessa espera acaba por prejudicar a efetivação de um bom desempenho do professor: Quando essa situação se prolonga a médio e longo prazo, costuma-se produzir uma reação de inibição no professor, que acaba aceitando a velha rotina escolar, depois de perder a ilusão de uma mudança em sua prática docente que, além de exigir-lhe maior esforço e dedicação, implica a utilização de novos recursos dos quais ele não dispõe (ESTEVE, 1999, p. 48).

Para compreender quais as situações que são determinantes na vivência educacional, Esteve (1992), elenca doze fatores. Esses fatores estão divididos em primeira ordem, (incidem diretamente na ação do professor na sala de aula, referente aos sentimentos e emoções que provocam tensões e o mal-estar docente) e a segunda ordem, (referente as questões ambientais). Os doze fatores são:

1. Aumento das exigências em relação ao professor;
2. Inibição educativa de outros agentes de socialização;
3. Desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola;
4. Ruptura do consenso social sobre a educação;
5. Aumento das contradições no exercício da docência;
6. Mudança de expectativas em relação ao sistema de ensino;
7. Modificação do apoio da sociedade ao sistema educativo;
8. Menor valorização social do professor;
9. Mudança dos conteúdos curriculares;
10. Escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho;
11. Mudança na relação professor-aluno; e
12. Fragmentação do trabalho do professor.

Esses doze fatores sintetizam o mal-estar docente nas instituições de ensino e na sociedade como um todo. O profissional da educação fica muitas vezes sem saber como agir

diante desta difícil realidade. Repensar a atividade docente é necessidade de toda uma sociedade.

3.3 A Relação Educacional

A relação professor-aluno na educação superior, pode ser descrita como aquela que surge no cotidiano da vida universitária, transpondo assim um contrato que se estabelece entre as partes, com regras acerca do comportamento esperado de ambos.

Embora complexas, as relações humanas são peças importantes na realização comportamental e profissional dos indivíduos, na esfera da educação, a relação entre professores e alunos tem fundamental importância quanto ao desenvolvimento e agregação de valores.

No ensino superior a relação entre docentes e discentes, está sujeita a normas, escolhas pedagógicas, objetivos dos alunos, professores e do curso. Analisando o contrato entre estes dois sujeitos, verificamos a importância das instituições de ensino superior, como agentes sociais, com a responsabilidade da formação do sujeito, não apenas, por meio da pesquisa ou do ensino, mas também por meio da transmissão da cultura.

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1996, p.91).

Na educação superior há necessidade de verificação do diálogo entre os agentes, o educador para pôr em prática o diálogo, o docente não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes ter consciência que todos temos competências e/ou habilidades em determinados assuntos.

[...]ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transmitido no discurso vertical do professor. Ensinar e aprender têm que vir com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando como sujeito em aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou a professora deve deflagrar. (FREIRE, 1996, p.118-119).

Lima (2002) salienta, que quando o professor percebe-se como indivíduo em contínua formação, ele muda a relação que tem com o saber, porém ele tem que ver-se na posição de aluno, para imaginar como é aprender em outra perspectiva.

Seguindo as orientações da LDB em seu artigo 43 e incisos, a instituição de ensino superior não poderá ter em seu corpo docente, profissionais conteudistas, apenas preocupados com o resultado final, há a necessidade de um professor ético, justo, solidário, que se preocupe com a aprendizagem, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; na vivência em sala de aula, os alunos buscam que a prática dos professores sejam coerentes com o seu discurso. O docente é um modelo a ser seguido, e o elo do aluno ao conhecimento.

O professor não deve preocupar-se com a absorção de informações pelo aluno para atingir o conhecimento, mas sim, se preocupar com o processo de construção da cidadania do aluno. O papel do professor em sala de aula é de facilitador da aprendizagem, um meio utilizado pelas instituições de ensino. Este profissional deverá estar aberto às novas experiências, em uma relação empática, onde o aluno será favorecido.

Ainda segundo Freire (1996), “o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento”. O bom professor é aquele que tem a relação com o aluno, que compreende a necessidade de sua formação, para que o aluno seja beneficiado. Cada professor tem suas vivências na formação acadêmica e constrói sua identidade vocacional e profissional na interação com os alunos através de uma prática reflexiva.

Uma relação humanizadora deve ser o principal elemento no ensino superior, partindo da função da universidade, que é preparar para vivência em sociedade, o professor e o aluno, deve ter um bom diálogo, afim de que experiências sejam trocadas, sem, no entanto, ter a quebra na estrutura professor-aluno. Para se formar cidadãos críticos e conscientes, o professor do ensino superior deverá ter conhecimentos específicos da área com os conhecimentos específicos pedagógicos.

Quanto à mudança social que recai sobre os dois sujeitos, podemos apresentar as atitudes em sala de aula. Anteriormente o aluno era submisso ao professor, todavia, este aluno hoje tem outra atitude em sala de aula. Por conta do acesso mais facilitado a informação (mídias e novas tecnologias), este aluno chega em sala de aula, muitas vezes, questionando o professor sobre seu conhecimento. Este questionamento, segundo Esteve (1992) pode ser

encarado como agressivo e vem a deixar o professor na situação vexatória, partindo então para o mal-estar docente.

Todavia, o profissional da educação que está preparado para enfrentar estes desafios, consegue contornar a situação e trazer este aluno para o seu convívio. Uma formação específica para a docência promove condições de que este professor atue de forma mais positiva na relação com seu aluno. Quando o professor, valendo-se do processo de aprendizagem e valorizando a instituição de ensino, chama o aluno e o envolve com a matéria que está sendo lecionada, ele quebra a barreira da imposição da informação levantada pelo aluno e consegue com isso construir um elo com o discente. (MASETTO, 2003, p. 23).

A relação professor-aluno, pode ser conturbada, porém, também gratificante. É o docente que deverá estabelecer o funcionamento desta relação. É ele também que deverá educar para a mudança, para a autonomia e para a liberdade de atividades, e assim formar cidadãos com deveres e responsabilidades sociais, conforme determina o artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

3.4 A instituição de Ensino Diante dos Contextos Sociais em Transformação

A sociedade está dentro da escola tanto quanto o inverso. A instituição de ensino tem uma autonomia relativa e a missão de educar a sociedade. No entanto a missão não seria cumprida a contento, se a instituição de ensino fosse mudada a cada crise ou mudança de governo. Os valores de uma instituição de ensino de nível superior, jamais serão alterados. A escola é um “santuário”, onde a cidadania e o saber não têm o objetivo de se tornarem facção ou entidade repressora. No entanto, compete ao sistema educativo encontrar um caminho entre uma abertura destruidora dos conflitos e sobressaltos da sociedade e um fechamento mortífero, que isola o restante da vida coletiva (Perrenoud, 1992).

As instituições de ensino não devem ficar imóveis em contextos sociais em transformação, porém, o agir quanto estas transformações não se dão de forma ágil. A evolução dos problemas e dos contextos sociais não se traduz por uma evolução das práticas pedagógicas.

Os centros educacionais existem e existiram em qualquer sociedade, seja ela urbana ou rural, com mais possibilidade aos recursos tecnológicos ou não. E, é neste momento que as instituições se questionam se cabe formar um professor diferenciado, se sua prática será sempre igual.

Neste sentido Perrenoud (1999) comenta:

Minha argumentação não é crítica. Ela visa somente demonstrar que a vontade de mudar a escola para adaptá-la a contextos sociais em transformação, ou melhor, democratizar o acesso ao saber, não é bem partilhado e que essa vontade frequentemente é frágil e se limita a discursos que não passam de ação.

[...] a ideia de que a escola deva formar o maior número de pessoas levando em conta a evolução da sociedade não é compartilhada abertamente, mas ela só é um princípio motor para aqueles que a tomam verdadeiramente a sério e fazem disso uma prioridade.

Seria, então, absurdo sustentar que porque a sociedade muda, a escola vá mobilizar toda sua inteligência em segui-la, isto é, antecipar essas mudanças. Sem dúvida, as evoluções demográficas, econômicas, políticas e culturais transformam os públicos escolares e as condições de escolarização e acabam por “obrigar” a escola a mudar. Ela se adapta, então, mas o mais tarde possível, de modo defensivo. (PERRENOUD, 1999).

Portanto, percebe-se que as instituições de ensino não estão apáticas quanto os fenômenos de mudanças sociais, porém, não são essas as mudanças que mais afetam o cotidiano da vida acadêmica. Outras transformações, como as tecnológicas, por exemplo, expõe os centros educacionais a se mobilizarem mais rapidamente para adaptação, bem como, o envelhecimento da população e a busca por nova formação. (NOVAES, 2014).

3.4.1 A Participação Crítica como Responsabilidade da Cidadania

Para que o profissionalismo possa se expressar de forma mais latente, o professor reflexivo deverá manter uma relação de envolvimento com a sua própria prática docente. Esse envolvimento refere-se a um compromisso crítico no debate sobre as finalidades da escola e seu papel na sociedade.

Existem quatro níveis citados por Perrenoud quanto à participação ativa e crítica dos professores, são elas:

1. Aprender a cooperar e a atuar em rede – deixar o individualismo de lado e agir em grupo para que assim o agir docente torne-se mais fácil;
2. Aprender a viver a escola como uma comunidade educativa – é preciso formar os professores nesse sentido, prepará-los para negociar e conduzir projetos;

3. Aprender a sentir-se membro de uma verdadeira profissão e responsável por ela - entender a atividade docente como profissão emergente para a mudança das contextualidade sociais;
4. Aprender a dialogar com a sociedade – engajar-se como militante da profissão docente e não como meros indivíduos da sociedade.

A instituição necessita de profissionais que alimentem as questões da transformação. Um professor crítico também poderá ser um professor reflexivo.

Pimenta (2006), declara em seu texto sobre o professor reflexivo no Brasil a prática dos professores.

A transformação da prática dos professores deve se dar, pois, numa perspectiva crítica. Assim deve ser adotada uma postura cautelosa na abordagem da prática reflexiva, evitando que a ênfase no professor não venha a operar no contexto organizacional no qual ocorre. (PIMENTA, 2006, p. 223).

Neste sentido a atuação crítica do professorado favorecerá a busca de soluções, minimizando os impactos que as possíveis mudanças possam ter dentro e fora das universidades.

4. A Mudança Social e o Docente

No decorrer desta pesquisa, foi abordada a função essencial da universidade, a formação docente e a relação professor aluno. Agora é necessário fazer a exposição das atitudes e da repercussão das mudanças sociais perante o trabalho docente dentro das instituições de ensino.

O docente universitário como já exposto anteriormente por Masetto (2003), era o profissional que explicava na teoria o que sabia fazer na prática. Após mudanças na educação principalmente após a década de 70, se percebeu que o professor universitário necessitava de uma formação adequada para a atuação na função docente. Esta formação didático-pedagógica auxilia no desenvolvimento das aulas e traz uma proximidade do professor com o aluno, não havendo o distanciamento apenas porque um tinha uma formação a mais.

Quanto a relação do professor e do aluno no ensino universitário, Santos (2001), expõe os sete princípios para a boa prática educativa. As fundamentações teóricas seguida do processo de ensino e do processo de aprendizagem auxiliam nesta relação. As boas práticas

são: Encorajar o contato entre o aluno e o professor; encorajar a cooperação entre alunos; aprendizagem ativa – não deixar haver uma postura passiva por parte dos alunos; fornecer feedback imediato; enfatizar a tarefa; comunicar altas expectativas; e respeitar os diversos talentos e as diferentes formas de aprendizagem.

O tripé formador do processo ensino-aprendizagem - professor, aluno e instituição -, cabe à última prover a estrutura necessária e, ao mesmo tempo, cobrar os resultados de todos os demais envolvidos, assumindo um papel de liderança na implantação de um processo de melhoria.

Sendo assim, a tarefa de ensinar implica não apenas em um domínio pedagógico de conhecimentos específicos, mas também em opções éticas, em professores sensíveis e preocupados com os resultados do ensino e das relações entre instituição, professor e aluno. Desenvolver a sensibilidade diante das mudanças sociais dentro da universidade, é ainda um papel difícil para este profissional docente em formação constante.

4.1 Atitudes e Repercussão dos Professores Perante a Mudança Social

A questão sobre a reforma da educação e a formação do docente universitário pode ser considerada como indícios de mudanças sociais. O choque de realidades e gerações descrevem a ruptura da imagem ideal do ensino.

O docente e suas atitudes diante das mudanças sociais e do sistema de ensino serão, iguais às atitudes de qualquer cidadão diante das mudanças aceleradas da sociedade.

Esteve (1992), analisa que o professor vive uma crise de identidade. Essa crise refere-se a contradição do eu real (o que eles são diariamente nas escolas) e o eu ideal (o que eles queriam ser ou pensam que deveriam ser).

Neste contexto as atitudes seriam a abundância de contradições, a incapacidade para suportar a ansiedade, depreciação do “eu” e equilíbrio.

Quanto a repercussão na personalidade do docente está em primeiro lugar o mal-estar docente.

O stress é a principal causa de transtornos à saúde dos profissionais da educação.

Diante das diversas formas de tensão presentes no ensino e ativadas pelas mudanças do contexto social, os professores põem em jogo diversos mecanismos de defesa (inibição, rotina, absentismo laboral etc.), que baixam a qualidade da educação, mas que servem para aliviar a tensão a que o professor está submetido.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades das realidades. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se também, pelo significado que cada professor enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas repercussões, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de reflexão com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos. (PIMENTA, 2002, p.19)

Desta forma, o que se encontra como resposta sobre a mudança social e atuação do profissional docente universitário, é que as mudanças existem e sempre irão existir. De uma forma geral a instituição não é afeta de forma tão drástica, pensando como um todo. Porém, o docente que está à frente da sala de aula, com muitas vezes mais de 40 alunos, é afetado rapidamente e sem condições de se preparar legitimamente para estas mudanças. É necessário que haja políticas institucionais a fim de proteger o professor universitário deste embate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está em constante transformação, sendo assim, as instituições e pessoas que compõem esta sociedade serão afetadas de forma positiva ou negativa por essas mudanças. Esta pesquisa busca mostrar uma linha de entendimento sobre *“Como as mudanças sociais ocorridas na sociedade e na universidade, podem interferir na atuação do professor universitário?”*.

Quanto às mudanças sociais ocorridas na sociedade e na universidade, verificamos que na primeira não é possível falar em estagnação da sociedade, pois esta está em constante alteração, seja tanto no campo político, econômico, tecnológico ou social. As mudanças que ocorrem na sociedade podem interferir direta ou indiretamente na instituição de ensino superior e também no docente universitário. Todavia, as mudanças aqui apresentadas não refletem apenas alterações negativas, mas também positivas.

A instituição de ensino de nível superior é um local de produção de conhecimento, onde se gera o pensamento crítico, a organização dos saberes e formação de cidadãos críticos e reflexivos. A Declaração Universal sobre Educação Superior reafirma a importância da

universidade para a sociedade, pois esta desenvolve o conhecimento e a pesquisa, assim, possibilitando o desenvolvimento cultural, socioeconômico e sustentável.

A universidade pode ser alterada pelas mudanças que ocorrem na sociedade, porém seus valores não serão modificados, por seu objetivo ser a transmissão do conhecimento e a reflexão sobre valores dentro da sociedade, como já explicitado por Masetto (2003) e Shulman (2005). A universidade é uma das propiciadoras do conhecimento. O conhecimento é aquele que liberta, promove e emancipa para que a população universitária melhore suas vidas. É na instituição de ensino superior que se propicia o favorecimento da vida pessoal, profissional e científica e o amalgamar, trabalho-ciência-tecnologia e cultura. Assim como determina o preceito constitucional e o infraconstitucional.

Cabe acrescentar que a universidade é um local de heterogeneidades, pessoas, culturas e saberes diferentes. O perfil do aluno universitário está modificando-se constantemente e é este sujeito que traz os maiores elementos de mudanças para a universidade. Seja quanto a sua facilidade em ter informação, o auxílio da tecnologia, a faixa etária ou formação para o mercado e não apenas para satisfação pessoal. É a mudança no perfil do aluno que mais altera a universidade, porém essa mudança não afeta a universidade de forma negativa, apenas faz com que esta molde-se a atender este novo aluno e assim continuar a desenvolver seus valores na sociedade.

O mais relevante nesta pesquisa foi a descrição da formação e da atuação do profissional docente do ensino universitário diante das mudanças sociais. Esse fato demonstrou como este docente age na universidade e com seus alunos.

A formação docente é de extrema importância para determinarmos o perfil do docente universitário. Historicamente o professor universitário foi sempre àquele profissional que tinha sua atuação no mercado de trabalho e/ou pesquisas e que transmitia na teoria o que realizava na prática, não havia a necessidade de uma formação para a docência. No entanto, as universidades e até mesmo os docentes, por conta da alteração do perfil do aluno, perceberam que não mais seria possível à docência universitária sem a formação pedagógica deste profissional. Todavia, essa formação contínua e reflexiva, como aponta a autora Pimenta, vai depender da universidade e do próprio profissional, pois conforme a LDB, em seu artigo 52, II, o docente universitário, para a sua atuação, apenas necessita do título de mestre ou doutor, a legislação infraconstitucional não determina para a docência universitária uma formação pedagógica.

A formação pedagógica do docente universitário é uma alteração advinda da mudança social. A má formação docente causa inúmeros problemas para o exercício da profissão. Não

havendo o conhecimento sobre a pedagogia e a didáticas aplicadas, o professor entrará em conflito com os alunos e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem não cumprirá seu objetivo.

Os docentes universitários que anteriormente eram visto como os detentores do saber e s transmissores do conhecimento, agora são cercados pela necessidade de uma formação acadêmica adequada, pois o objetivo da docência universitária é compartilhar experiências, formar cidadãos críticos e reflexivos. Essa mudança na formação docente surge para que o docente profissional tenha maior controle sobre as suas atividades e assim possa obter um elo maior com a instituição de ensino e seus alunos. É com a formação específica para a atuação da docência, que o professor estará preparado para perceber e receber as alterações das mudanças que ocorrem cotidianamente e assim não cairá sobre os efeitos do mal-estar docente que apresenta Esteve. O mal-estar docente trata sobre a posição do profissional diante das mudanças que ocorrem na sociedade e refletem na universidade, e então o docente sente-se desmotivado e incapaz de realizar sua atividade.

Constantemente o profissional docente do ensino superior é desafiado a lidar com mudanças sociais, tecnológicas e comportamentais, portanto sua preparação para a atividade é essencial. Neste contexto o docente do ensino superior, além de uma formação específica para a docência, também, deverá estar preparado para encarar essas mudanças dentro e fora das instituições de ensino superior.

O docente na prática de sua atividade terá uma relação muito tênue com seus alunos e, por isso mesmo, as contradições quanto ao desejo dos alunos e o que o professor pretende transmitir deverão estar superadas. É neste momento que a atitude reflexiva do professor deverá surgir e, deste modo, os conflitos serão dirimidos. Entretanto, após a realização desta pesquisa, verificamos que a questão do professor reflexivo no ensino superior ainda começa a dar seus primeiros passos, assim como a formação contínua. Verificamos que o professor reflexivo no ensino universitário deve comprometer-se antes de tudo com sua formação adequada para a docência e diante deste contexto, terá condições de analisar suas atividades e assim propiciar um bom relacionamento com seus discentes. A coparticipação entre professor e aluno no processo de ensino aprendizagem se intensificará. O aluno começará a ver no professor um aliado para a sua formação, pois a aprendizagem desejada engloba além dos conhecimentos necessários, habilidades, competências e análise do desenvolvimento de valores.

Diante do exposto, podemos concluir que faz-se necessária a aplicação de uma formação específica para a docência superior, para que assim propiciem uma reforma ou até

mesmo uma melhoria nas atividades docentes dentro das universidades. Deverão existir projetos de formação contínua de professores, e que acima de tudo, tenha uma preocupação mais abrangente em relação à reflexão no ensino superior, quanto as atividades desenvolvidas nas universidades e no contexto social no qual a universidade está inserida.

O professor é o alicerce da relação professor – aluno – instituição de ensino, este agente é determinante para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra da melhor maneira possível.

Além da formação contínua e da reflexão quanto as questões sobre educação, o bom docente será aquele que estará preparado para responder sobre as complexidades da realidade social, pois estas interferem no agir em sala de aula.

Portanto, a atuação do professor universitário sempre será cheia de expectativas e controvérsias, contanto que este profissional esteja bem formado, atualizado e tendo total apoio da instituição de ensino, realizará uma ótima atividade junto aos seus alunos e a sociedade, os conflitos poderão ser dirimidos e assim a vivência escolar será plena e eficaz.

Quanto as mudanças sociais que interferem na atuação docente, elencamos: o perfil do novo aluno, a faixa etária do aluno, a formação para o mercado de trabalho, a formação pedagógica do professor universitário e o mal-estar docente. São estas as principais mudanças que irão interferir na atuação do professor universitário.

Por último, analisamos como o professor universitário age mediante a interferências dessas mudanças. Verificamos que para a realização da atividade docente, o profissional deverá estar aberto a essas mudanças. As mudanças sociais afetam o mercado de trabalho, e isto reflete diretamente na universidade que forma este profissional. Neste sentido, o docente recebe uma carga ainda maior de preocupação, o que pode ser um sinal para que a atuação do docente seja modificada. Como demonstrado no teor desta pesquisa, o perfil do docente já está alterado, o mal-estar docente terá uma diminuição, haja vista, que um professor bem preparado estará menos pré-disposto a embates com os alunos e desmotivações por questões externas. A formação deve estimular uma perspectiva reflexivo-crítica que forneça aos professores meios de pensamento autônomo e facilitem a auto formação participativa. Portanto, acreditamos que é necessária a valorização da prática que poderá ser entendida em reflexão sobre a prática, a investigação sobre a prática e a partilha de experiências.

Concluimos que as mudanças para a atuação docente não são negativas. Porém, só serão de fato positivas, se o professor e a instituição de ensino superior estiverem dispostos a esta mudança. A docência só existe para que haja o compartilhamento de conhecimentos. O agir do professor, para os dias atuais, estará condicionado a uma formação pedagógica,

contínua e reflexiva. E desta forma, tanto professores quanto a instituição de ensino superior, poderão proporcionar o que preconiza o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, ou seja, a “função social da educação”, transformando a sociedade e o cidadão.

Em suma, necessitamos de professores que tenham domínio do conhecimento específico e da didática em sala de aula. Estes profissionais deverão ser pesquisadores e também aplicadores da prática de ensino. Por fim, a docência é uma atividade gratificante, que proporciona a todos os sujeitos da relação, um desenvolvimento reflexivo e crítico quanto a sua atuação na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O Professor Universitário em Aula**. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.

ALARCÃO, I. Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schon e os programas de formação de professores. In: ALARCÃO et all. **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. I.Porto. Porto Editora, 1996.

ALGARTE, R. **A escola e o desenvolvimento humano: da cooptação política à consciência crítica**. Brasília: Ed. Livre, 1994.

ALMEIDA, M. I de. **Formação do professor do Ensino Superior: desafios e políticas institucionais**. São Paulo: Ed. Cortez, 1ª ed, 2012.

ALVES, N. (Org). **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1992.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **Didática do Ensino Superior**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BERNHEIM, C.T. e CHAUI, M. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília, UNESCO, 2008. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2014.

CUNHA, A. de F.; LIMA, M. da G.S.B. **A docência universitária, formação continuada, saberes e práticas pedagógicas**. UFPI, 2009.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. **Qual Universidade?** SP, Cortez/Autores Associados, 1989.

CUNHA, M. I. da. **O lugar da formação do professor universitário**: a condição profissional em questão. In: CUNHA, M. I da (Org) Reflexões e práticas em pedagogia universitária. Campinas, SP: Papyrus, 2007. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. SP, Cortez, 6ª ed., 1993.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. Tendências da educação o superior para o século XXI. UNESCO/CRUB, 2ª edição, 1999.

Declaração Mundial sobre Educação Superior. Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998.

ESTEVE, J. M. **El malestar docente**. Barcelona, Laia, 1987.

_____. **O mal-estar docente – A sala de aula e a saúde dos professores**. Trad. Durley de Carvalho Cavicchia..Bauru: Edusc, 1999.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERREIRA, R. M. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 41. Ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HADDAD, F. **Entrevista Fernando Haddad**, 2009. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/entrevista-fernando-haddad-428792.shtml>>. Acesso: 20 de setembro de 2014.

ISAIA, S. Verbetes. In: MOROSINI, M. C. (Org.). **Enciclopédia da Pedagogia Universitária**. v.2. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2006.

Lei 5.692/71

Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, de 20 de novembro de 1996.

LIMA, E. S. **A função antropológica de ensinar**. Revista nova escola. v.15, nº 138. São Paulo, 2000.

MASETTO, M. T. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**, São Paulo: Summus, 2003.

MASETTO, M. T. (org). **Docência Universitária**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

NOVAES, D. V. **Análise da Gestão do Instituto Federal de Educação. Desafios e Oportunidades da Expansão da Rede**. Relatório de Pós-Doutorado realizado na UNICAMP. 2014. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br

NÓVOA, A. et all. **Profissão Professor**. 3 ed. Porto: Porto Editora, 1995

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A Transformação Da Educação Em Mercadoria No Brasil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009 739 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

OLIVEN, A. C. **A parouqialização do ensino superior.** Petrópolis: Vozes, 1990.

PARENTE, C. da M. D. et all. **A Formação de Professores e seus Desafios Frente às mudanças Sociais, Políticas e Tecnológicas.** São Paulo: Editora Penso, 2014.

PERRENOUD. P. Formar professores em contextos sociais em mudança. Prática reflexiva e participação crítica. Genebra. 1999. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n12/n12a02.pdf>>. Acesso em 21 de novembro de 2014.

PIMENTA, S. G. e ANASTASIOU, L. G. C. **Docência do ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção docência em formação – Vol I).

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** São Paulo, Cortez, 2006.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: identidades e saberes da docência.** In: _____. Saberes pedagógicos e atividade docente, 1999. P. 15-34.

SANTOS, S. C. dos. **O processo de ensino aprendizagem e a relação professor aluno: aplicação dos “sete princípios para a boa prática na educação do ensino superior”.** Caderno de pesquisa em educação. São Paulo, v.8, n.1, janeiro/março 2001.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, abr. 2009.

SILVA, J. P. S. A relação Professor/Aluno no Processo de Ensino e Aprendizagem. **Revista estação acadêmico.** São Paulo n.52. 2005.

SILVA, E. A da. **A função social da universidade.** Disponível em: <http://salveaterra.com.br/funcao_universidade.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2014.

Donald A. **Schön** In: Nóvoa, Antônio. Os professores e sua formação. Dom Quixote, Lisboa, 1992.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto alegre; Artmed Editora, 2000.

SHULMAN, L.S. Conocimiento y enseñanza: fundamentos de La nueva reforma 1. **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: <www.ugr.es/local/recfpro/Rev92ART1.pdf2>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

VEIGA, I. P.. A; VIANA, C. Q. Q. (Orgs). **Docentes para a educação superior: processos formativos.** Campinas SP: Papirus, 2010.

VIEIRA, Sofia L. "A democratização da Universidade e a socialização do conhecimento". In: FÁVERO, M^a. de Lourdes A.(org) **A Universidade em questão**. SP, Cortez/Autores Associados, 1989.

WITTIZORECKI, Elisando Schultz. Mudanças Sociais e o trabalho docente do professorado de educação física na escola de ensino fundamental: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Porto Alegre. UFRGS. 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25239/000751681.pdf?sequence=1>>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.